

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES

PRODUTO 2.17. IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS
ATRAVÉS DA SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS
NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS DE PROTEÇÃO E DEFESA
CIVIL NO ÂMBITO DA BACIA DO TAQUARI-ANTAS

RF
RELATÓRIO FINAL

Porto Alegre
Fevereiro/2017

SUMÁRIO

PRODUTO 2.17. IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS ATRAVÉS DA SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL NO ÂMBITO DA BACIA DO TAQUARI-ANTAS	1
1. INTRODUÇÃO	1
2. CONFERÊNCIAS	2
2.1. Conferência nacional.....	2
2.2. Conferências estaduais, intermunicipais e municipais.....	2
2.3. Princípios e diretrizes.....	2
2.4. Participação de segmentos da sociedade.....	2
3. OBJETIVOS	3
4. METODOLOGIA	4
5. RESULTADOS.....	5
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11
REFERÊNCIAS.....	13

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico da participação dos municípios da Bacia do Taquari-Antas nas conferências intermunicipais de Proteção e Defesa Civil.	7
Figura 2 - Gráfico da participação dos segmentos da sociedade nas Conferências Intermunicipais de Proteção e Defesa Civil – Taquari Antas *exceto Guaporé e Veranópolis.	7
Figura 3 - Municípios participantes de Conferências Municipal ou Intermunicipais de Proteção e Defesa Civil no âmbito da Bacia do Taquari-Antas.....	8
Figura 4 - Gráfico das categorias de demandas apontadas nas Conferências de Proteção e Defesa Civil.	10

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro das conferências municipais e intermunicipais de Proteção e Defesa Civil e os municípios participantes – Taquari Antas.....	5
Tabela 2 - Categorias das demandas e principais diretrizes apontadas nas Conferências Municipais e Intermunicipais de Proteção e Defesa Civil analisadas.	10

PRODUTO 2.17. IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS ATRAVÉS DA SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL NO ÂMBITO DA BACIA DO TAQUARI-ANTAS

1. INTRODUÇÃO

As conferências são um importante mecanismo de controle social, juntamente com os conselhos, as audiências e as consultas públicas. Conforme Raichelis (2006) controle social são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos, bem como na avaliação dos resultados. Desta forma, as Conferências de Proteção e Defesa Civil se configuram como consultas públicas pela participação da sociedade nas decisões em debate.

Nos últimos anos, as conferências nacionais tornaram-se importantes processos participativos que promoveram o diálogo entre o estado e a sociedade, nos níveis municipal, estadual e federal. Os atores envolvidos neste processo trabalharam de forma colaborativa e debateram diversos temas com o objetivo de construir políticas públicas para o país. As discussões/votações ocorridas nas conferências permitem ao governo direcionar ações para os problemas que a sociedade considera prioritários. Desta forma, a responsabilidade pela elaboração de novas políticas públicas é compartilhada entre o estado e a sociedade e, também possibilita o ajuste de estratégias de implantação das políticas já existentes (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014a).

Ao longo do ano de 2014 foram realizadas 44 conferências municipais/intermunicipais no estado do Rio Grande do Sul, com a participação de agentes de defesa civil, sociedade civil, comunidade científica e representantes de conselhos profissionais e de políticas públicas. No âmbito da Bacia do Taquari-Antas foram realizadas 10 conferências, destas 9 intermunicipais e uma municipal, no ano de 2014.

Neste trabalho foram analisados os princípios e as diretrizes apontadas como demandas nas Conferências Municipais e Intermunicipais que envolveram municípios da Bacia do Taquari-Antas. Os princípios e diretrizes foram classificados em 5 categorias e as demandas identificadas e quantificadas para o estabelecimento das prioridades elencadas pelos municípios.

2. CONFERÊNCIAS

2.1. Conferência nacional

Em novembro de 2014 foi realizada em Brasília a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil (CNPDC) reunindo delegados de toda federação. Os debates da 2ª CNPDC foram organizados em torno de quatro eixos temáticos: gestão integrada de riscos e resposta a desastres; integração de políticas públicas relacionadas à proteção e à defesa civil; gestão do conhecimento em proteção e defesa civil; mobilização e promoção de uma resposta de proteção e defesa civil na busca de cidades resilientes (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014a).

2.2. Conferências estaduais, intermunicipais e municipais

As Conferências Municipais e Intermunicipais de Proteção e Defesa Civil discutem diversos temas sobre Proteção e Defesa Civil, tais como, gestão de riscos e resposta a desastres, políticas públicas e demais assuntos relacionados à Defesa Civil, tendo como base as realidades dos municípios brasileiros. Nesta etapa são encaminhadas propostas à etapa Estadual ou Distrital e também são eleitos delegados que representarão o município na etapa seguinte.

A nível municipal, as conferências são convocadas pelo Poder Executivo de cada município e seguem a metodologia e os documentos de referência estabelecidos pela Comissão Organizadora Nacional e pela Comissão Organizadora Estadual ou Distrital. As Conferências Intermunicipais reúnem dois ou mais municípios com realidades semelhantes para realização da etapa local da 2ª CNPDC. Nas Conferências Municipais ou Intermunicipais poderiam ser elaborados até dez princípios e até 30 diretrizes para serem encaminhadas para a Conferência Estadual (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014b).

2.3. Princípios e diretrizes

Conforme o Regimento Interno da 2ª CNPDC (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014a) os conceitos de princípio e diretriz, utilizados para as conferências são:

- Princípio – regra geral para a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, construída para orientar a elaboração de diretrizes ou a partir da sistematização dessas;
- Diretriz – conjunto de metas específicas para Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e as respectivas medidas prioritárias e suficientes para a realização de cada uma delas.

2.4. Participação de segmentos da sociedade

As conferências são processos participativos, onde qualquer cidadão pode participar das etapas preparatórias e da etapa nacional das conferências de Proteção e Defesa Civil. Durante a organização,

deve existir uma mobilização para garantia da participação de representantes dos quatro segmentos da sociedade: Sociedade Civil; Poder Público e Agentes da Defesa Civil; Conselhos Profissionais e Conselhos de Políticas Públicas; e Comunidade Científica.

Além destes quatro segmentos, também são convidadas pessoas que tenham afinidade com o tema da conferência para participar como convidados, com direito a voz, mas sem voto, e observadores, sem voz ou voto (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014b). A composição dos quatro segmentos para o processo conferencial é identificada como:

- a) Sociedade Civil: contempla uma diversidade ampla de atores, individuais ou coletivos, como representantes de religiões, grupos culturais, instituições cívicas, cooperativas, clubes, organizações não governamentais e movimentos sociais. Esses atores devem ter seu direito de acesso ao processo participativo garantido em todos os momentos;
- b) Poder Público e Agentes da Defesa Civil: representantes indicados por Prefeitura, Câmara de Vereadores, Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, etc. São identificados neste segmento os Servidores Públicos atuantes direta e indiretamente com proteção e defesa civil;
- c) Conselhos Profissionais e Conselhos de Políticas Públicas: Conselhos Profissionais tem a finalidade de regulamentar o exercício profissional e representar os integrantes da respectiva categoria. Sua organização está dividida em uma esfera federal e esferas estaduais. Conselhos de Políticas Públicas são espaços participativos criados pelo Estado. Podem ser municipais, estaduais ou federais e têm por finalidade garantir a participação e o controle social das políticas e serviços públicos;
- d) Comunidade Científica: contempla as pessoas vinculadas às instituições de ensino que desempenhem funções de pesquisa e extensão;

3. OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho consiste em obter um diagnóstico das necessidades dos municípios da Bacia do Taquari-Antas relacionadas à Política de Proteção e Defesa Civil, através dos resultados das Conferências Municipal e Intermunicipais realizadas no ano de 2014.

Para atender o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os municípios da Bacia do Taquari-Antas que promoveram conferências municipais ou se integraram a conferências intermunicipais;
- Identificar a representatividade dos seguimentos da sociedade que participaram das conferências;
- Classificar as demandas de acordo com categorias de análise relacionadas à gestão de riscos;
- Identificar as categorias e demandas mais votadas estabelecendo as prioridades apontadas pelos municípios.

4. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de acesso aos dados referentes à sistematização das Conferências, disponibilizados pela comissão organizadora da Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil. Para identificar cada conferência, utilizou-se o nome do município sede como referência. Cabe ressaltar que algumas conferências intermunicipais tiveram também a presença de municípios de outras bacias hidrográficas.

Durante a pesquisa foi realizado um mapeamento para identificar a participação dos municípios da Bacia do Taquari-Antas nas conferências, assim como para visualizar aqueles que não participaram do processo. Para determinar a participação nas conferências foi contabilizado o nível de participação de cada segmento da sociedade no conjunto das conferências analisadas.

Em relação às necessidades dos municípios, um total de 248 demandas extraídas das conferências, foram analisadas e classificadas conforme temas relacionados à gestão de risco, estabelecidos no âmbito deste projeto: Alerta e Monitoramento; Capacitação e Educação; Diagnóstico - Estudos e Mapeamentos; Estrutura e Funcionamento; e Políticas Públicas.

Para identificar a ordem de importância para as categorias foi realizada a quantificação de votos, para cada grupo, nas 10 conferências. E, para identificar as necessidades em cada categoria, foram analisados os 248 princípios e diretrizes discutidos e votados nas conferências. Primeiramente, as necessidades foram separadas nas 5 categorias e, posteriormente as demandas foram classificadas conforme a priorização apontada nas conferências, constituindo um diagnóstico das necessidades no âmbito da Bacia do Taquari-Antas.

5. RESULTADOS

Os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados e discutidos neste capítulo. Inicialmente, é apresentado o Quadro 1, que relaciona as 10 Conferências (municipal ou intermunicipais) analisadas, as datas de realização, os municípios sede dos encontros, os municípios participantes que são integrantes da Bacia do Taquari-Antas e os municípios integrantes de outras bacias hidrográficas.

Tabela 1 - Quadro das conferências municipais e intermunicipais de Proteção e Defesa Civil e os municípios participantes – Taquari Antas.

Conferência/Sede	Data de Realização	Municípios da Bacia Taquari-Antas	Municípios de outras bacias
1. Arroio dos Ratos	12/02/2014	General Câmara, Guaíba	Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, Minas do Leão, Pântano Grande, São Jerônimo
2. Farroupilha	06/03/2014	Barão, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Farroupilha, Flores da Cunha, Nova Pádua	Alto Feliz, Feliz, São Vendelino, Vale Real
3. Gentil	27/02/2014	Camargo, Casca, Ciríaco, David Canabarro, Gentil, Marau, Mato Castelhano, Muliterno, Nova Alvorada, Passo Fundo, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Vanini, Vila Maria	Coxilha, Pontão
4. Guaporé (municipal)	19/02/2014	Guaporé	-
5. Lajeado – Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo	24/01/2014	Arroio do Meio, Barros Cassal, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Estrela, Ilópolis, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Pouso Novo, Relvado, Roca Sales, Santa Cruz do Sul, Santa Tereza, São Valentim do Sul, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Venâncio Aires, Vespasiano Côrrea	-

Conferência/Sede	Data de Realização	Municípios da Bacia Taquari-Antas	Municípios de outras bacias
6. Salvador do Sul	10/02/2014	Salvador do Sul e São Pedro da Serra	-
7. Soledade – AMASBI	27/02/2014	Barros Cassal, Fontoura Xavier, Ibirapuitã, Itapuca, São José do Herval, Soledade	Alto Alegre, Campos Borges, Ernestina, Espumoso, Gramado Xavier, Jacuizinho, Mormaço, Nicolau Vergueiro, Tio Hugo
8. Taquara – Vale do Paranhana, Região das Hortênsias e Alto Sinos	17/02/2014	São Francisco de Paula	Caraá, Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Três Coroas
9. Vacaria	28/02/2014	André da Rocha, Antônio Prado, Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Ibiraiaras, Ipê, Jaquirana, Lagoa Vermelha, Monte Alegre dos Campos, Muitos Campões, São José dos Ausentes, São Marcos, Vacaria	Pinhal da Serra
10. Veranópolis	13/02/2014	Cotiporã, Fagundes Varela, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Veranópolis, Vila Flores, Vista Alegre do Prata	-

Observa-se que a maior parcela dos municípios participantes das conferências é integrante da Bacia do Taquari-Antas. Dos 120 municípios da Bacia, 80 municípios participaram do processo conferencial – 66,7%, e 40 municípios não participaram – 33,3%, conforme demonstrado na Figura 1.

Em relação à participação da sociedade nas conferências, observa-se a presença de todos os segmentos, conforme demonstrado na Figura 2. O segmento do Poder Público e Agentes de Defesa Civil esteve presente em maior proporção (44%), seguido de representantes da Sociedade Civil (34%). A presença dos segmentos da Comunidade Científica e de Conselhos Profissionais e de Políticas Públicas foi pequena em relação aos segmentos de maior participação.

No mapa da Bacia do Taquari-Antas, apresentado na Figura 3, verifica-se a participação dos municípios em cada uma das 10 conferências realizadas, assim como se observa os municípios que não se integraram a este processo.

Figura 1 - Gráfico da participação dos municípios da Bacia do Taquari-Antas nas conferências intermunicipais de Proteção e Defesa Civil.

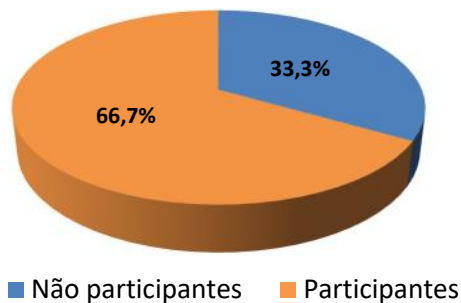


Figura 2 - Gráfico da participação dos segmentos da sociedade nas Conferências Intermunicipais de Proteção e Defesa Civil – Taquari Antas *exceto Guaporé e Veranópolis.

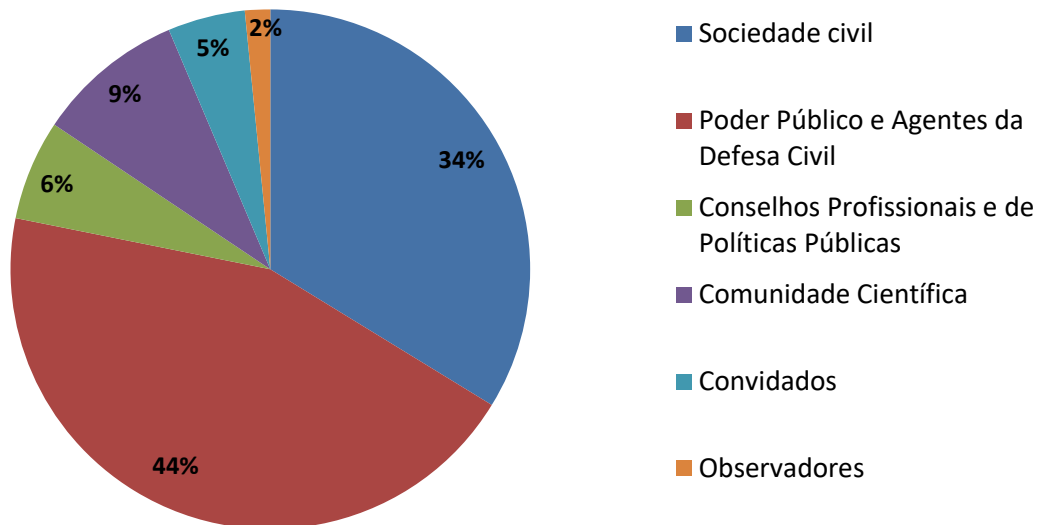
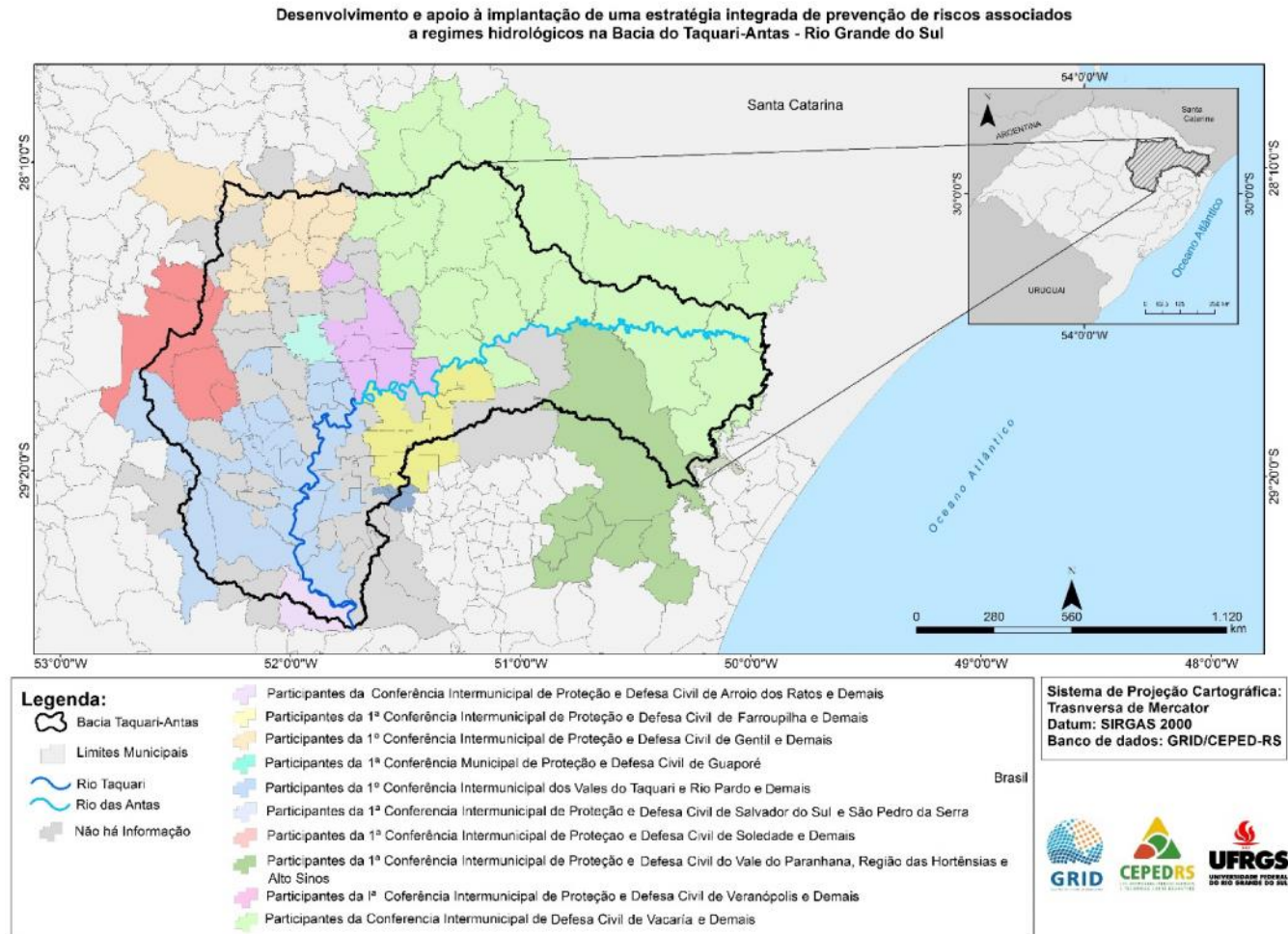


Figura 3 - Municípios participantes de Conferências Municipal ou Intermunicipais de Proteção e Defesa Civil no âmbito da Bacia do Taquari-Antas.



Fonte: UFRGS com informações SEMA/RS.

Foram 10 as Conferências em que os 80 municípios da Bacia do Taquari-Antas participaram, tendo os seguintes municípios sede: Arroio dos Ratos; Farroupilha; Gentil; Guaporé (Municipal); Lajeado; Salvador do Sul; Soledade; Taquara; Vacaria e Veranópolis.

De acordo com o mapeamento da participação dos municípios nas conferências, verifica-se que os municípios não participantes se distribuem por grande parte do território da bacia, não se restringindo a uma região específica.

Outro ponto observado é a não participação de municípios como Encantado e Caxias do Sul. O município de Encantado está entre os 821 municípios prioritários para mapeamento de riscos pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que integra o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais. Neste município foi registrado um total de 21 eventos, entre os que geraram ou não decretações de estado de calamidade pública ou situação de emergência, entre 1970 e 2014, sendo que as inundações constituem a maior parcela de ocorrências registradas.

No caso de Caxias do Sul, o município não participou deste processo conferencial, mesmo sendo o mais populoso da Bacia do Taquari-Antas, e o segundo em população no estado do Rio Grande do Sul. No município foi registrado um total de 12 ocorrências, entre as que geraram ou não decretações de estado de calamidade pública ou situação de emergência, no período de 1970 a 2014, incluindo inundações e enxurradas.

De acordo com os dados levantados, os municípios da Bacia do Taquari-Antas elegeram um total de 248 demandas nas 10 Conferências realizadas. Após análise, as demandas foram classificadas em 5 temas diferentes: Alerta e Monitoramento; Capacitação e Educação; Diagnóstico - estudos e mapeamentos; Estrutura e Funcionamento; e Políticas Públicas.

A maioria das demandas votadas naquelas Conferências está relacionada ao tema Capacitação e Educação, sendo apontado em 8 das 10 Conferências. Em segundo lugar, apontadas em 6 conferências, ficaram duas categorias de demandas: Políticas Públicas; e Alerta e Monitoramento. E, os grupos de demandas sobre Diagnóstico e Estrutura e funcionamento, foram apontados em 5 das 10 Conferências realizadas. O Gráfico a seguir (Figura 4) mostra a votação, por categoria, nas 10 Conferências.

Após a identificação das categorias mais votadas nas conferências, as demandas foram analisadas e classificadas para verificação das necessidades priorizadas pelos municípios, conforme expresso na Tabela 1, onde estão elencadas as demandas e a porcentagem de votação obtida nas conferências.

Figura 4 - Gráfico das categorias de demandas apontadas nas Conferências de Proteção e Defesa Civil.

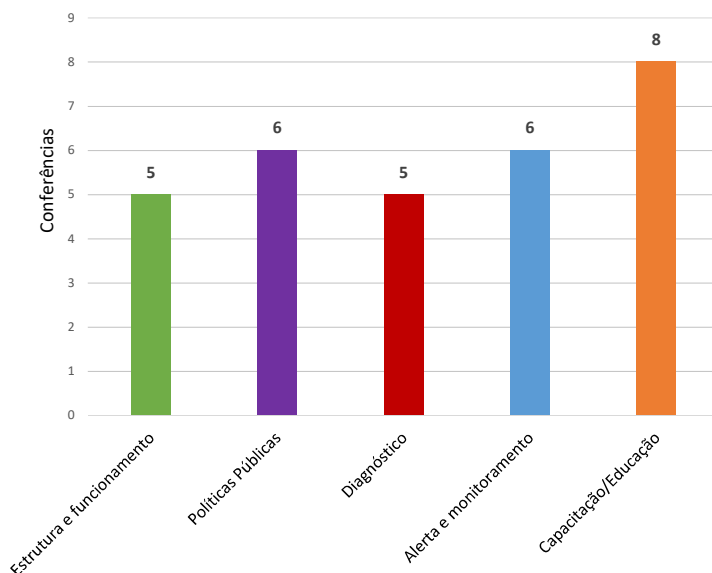
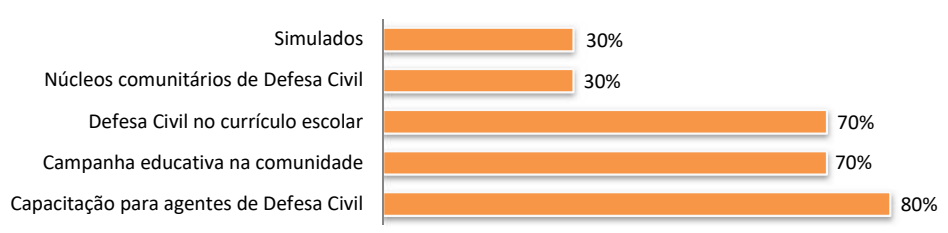
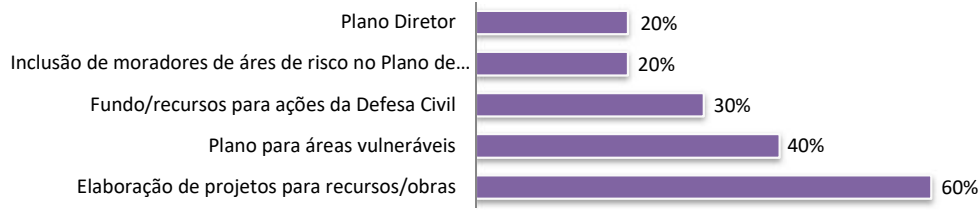
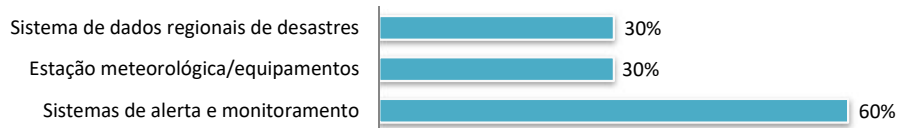
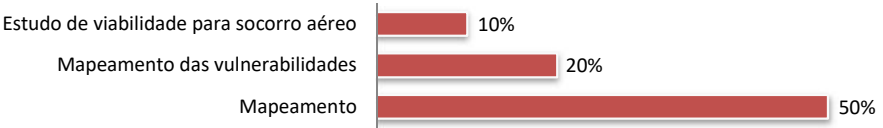
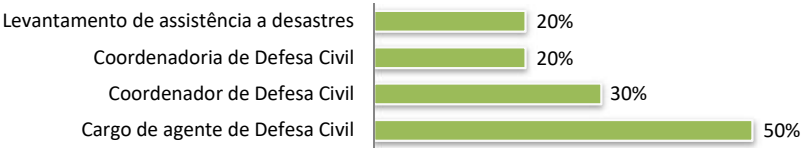


Tabela 2 - Categorias das demandas e principais diretrizes apontadas nas Conferências Municipais e Intermunicipais de Proteção e Defesa Civil analisadas.

Categoria	Demandas/Necessidades
Capacitação/Educação	
Políticas Públicas	
Alerta e Monitoramento	

Categoria	Demandas/Necessidades
Diagnóstico - Estudos e Mapeamentos	
Estrutura e Funcionamento	

Observa-se que no tema Capacitação e Educação, a demanda mais votada foi a Capacitação para agentes de Defesa Civil (80%) seguida de Campanhas Educativas nas Comunidades e a Inserção do tema de Defesa Civil nos currículos escolares (70%). Estas três demandas citadas aparecem em porcentagem maior que as demandas apontadas nas categorias Políticas Públicas e Alerta e Monitoramento, onde a proposição mais votada foi a Elaboração de projetos para recursos/obras e Sistemas de alerta e monitoramento (60%).

Os resultados apontam os municípios enfrentam problemas relacionados não somente à capacitação de agentes de Defesa Civil, mas também enfrentam dificuldades na inserção do tema Defesa Civil no currículo escolar, bem como na organização de campanhas educativas junto às comunidades.

As demandas sobre Capacitação e Educação foram as mais votadas nas 10 conferências realizadas, se destacando diante de todas as propostas. Este resultado indica que as necessidades dos municípios estão relacionadas ao investimento no treinamento dos agentes e na gestão do conhecimento sobre a Defesa Civil, em diversos níveis, como escolas e comunidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das Conferências Municipais e Intermunicipais em um diagnóstico que está disponibilizado à sociedade.

Através da análise dos resultados apontados nas Conferências, pode-se obter um importante instrumento para orientar as políticas públicas, os planos e ações para promover avanços na gestão de integrada de risco.

O processo conferencial permite a participação dos diversos segmentos da sociedade nas discussões e nas decisões relacionadas à Defesa Civil, contribuindo para construção de políticas públicas para redução de risco e do impacto dos desastres.

Através do presente estudo observou-se uma participação significativa dos municípios, demonstrando a importância do processo conferencial como promotor do envolvimento da sociedade. As principais demandas apontadas nas discussões estão relacionadas à categoria de Capacitação e Educação, demonstrando a necessidade de políticas públicas para garantir a educação das comunidades e o aprimoramento da capacitação dos agentes de Defesa Civil.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **2º Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil - Texto de referência**. 2014a. Disponível em: <http://www.2cnpdc.mi.gov.br/>. Acesso em: 03 jan. 2016.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **2º Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil – Manual Orientador Conferências Estaduais**. 2014b. Disponível em: <http://www.2cnpdc.mi.gov.br/>. Acesso em: 03 jan. 2016.

RAICHELIS, R. **Articulação entre conselhos de políticas públicas**. *Serviço Social & Sociedade* – Nº 85 – Março 2006. Páginas 108 a 116. Cortez Editora – SP.